



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS

PARECER Nº 064 /2019

**DA 2ª COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO;**

**Processo nº 925/2019**

**Projeto de Lei Ordinária nº 54/2019**

**Relator:** Deputado Estadual Davi Maia (DEM)

Recebemos para análise e elaboração de relatório o Projeto de Lei nº 54/2019, de autoria do Dep. Cabo Beбето, o qual “**altera o §1º do art. 2º da Lei Estadual nº 5.766, de 29 de dezembro de 1995, que institui a taxa de utilização de serviços especiais não operacionais e preventivos operacionais de bombeiros**”.

O projeto em análise propõe uma modificação da Lei Estadual nº 5.766/1995, com a finalidade de correção de uma suposta falha na elaboração da legislação, uma vez que, no entendimento do autor, a “busca de cadáveres” não deveria figurar como serviço especial não emergencial. Para o autor, a legislação atual obriga a cobrança de taxa por algo que faz parte de obrigações dos Bombeiros Militares, o que deveria ser corrigido.

A presente matéria foi encaminhada à 2ª Comissão de Constituição, Justiça e Redação para ser analisada quanto aos aspectos definidos no art. 125, II, do Regimento Interno da Assembleia Legislativa de Alagoas.

**É o relatório.**

Nos termos em que foi apresentada, a proposição não possui qualquer vício constitucional material ou de iniciativa, tendo em vista que o parlamentar possui legitimidade para propor a modificação na legislação estadual, nos termos do art. 86 da Constituição de Estado de Alagoas.

Por se tratar de mudança de conceito legal, não se vislumbra qualquer óbice para a continuação da tramitação da proposição nesta casa legislativa, visto que a retirada de um dos serviços considerados como “serviços especiais não emergenciais” não viola nenhum preceito constitucional.

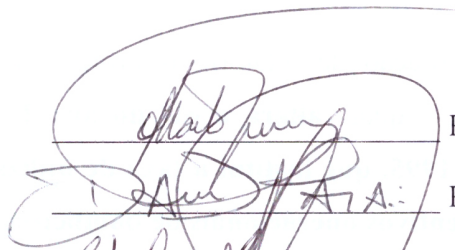


**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE ALAGOAS**

Por todo o exposto, entendo pela admissibilidade do presente Projeto de Lei, visto que este respeita a boa técnica legislativa, contemplando os requisitos essenciais de juridicidade e constitucionalidade, razão pela qual nosso parecer é pela aprovação do Projeto de Lei nº 54/2019.

**É o parecer.**

**SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO JOSÉ DE MEDEIROS TAVARES DA**  
**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA ESTADUAL**, em Maceió, 21 de fev. de  
2019.

  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

PRESIDENTE

RELATOR - DEPUTADO DAVI MAIA